



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo.

ROSICLÉA OLIVEIRA DA SILVA, Vereadora que este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, vem com o devido acatamento perante Vossa Excelência a fim de apresentar o incluso **PROJETO DE LEI**, a ser objeto de apreciação em plenário, para que seja aprovada a lei que *Institui no município de Campo Largo, a política de inclusão das mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.*

O projeto de lei apresentado tem como objetivo auxiliar mulheres em situação de violência doméstica para que tenham a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Apesar de ser uma luta constante, a violência doméstica ainda é uma realidade na sociedade. Dados mostram que três a cada dez brasileiras já foram vítimas de violências doméstica ¹. A cada minuto, oito mulheres sofrem violência no país, de acordo com dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos².

Muitas mulheres têm dificuldades em sair do ambiente de violência, pois dependem financeiramente do parceiro/agressor. São mulheres que se dedicam ao lar e cuidado dos filhos, enquanto o parceiro trabalha para trazer recursos financeiros.

Logo, a ideia principal é atingir estas muncípes que precisam de apoio para ter acesso ao mercado de trabalho e assim viver dignamente

¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica>

² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-10/cada-minuto-oito-mulheres-sofrem-algum-tipo-de-violencia-no-brasil>



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

com seus filhos e longe de qualquer violência. Para isso é importante garantir a qualificação de mão de obra e ações que possibilitem o preparo para o mercado de trabalho.

Para que isso se torne realidade, a atuação do Poder Público Municipal é muito importante, auxiliando em programas de apoio a estas munícipes.

Por estas razões, espera-se de Vossa Excelência, pelos fundamentos alinhados, com a sujeição da matéria às comissões competentes, após ser ouvido o Plenário que, no final, seja aprovado o **PROJETO DE LEI** em apreço.

Nestes termos,

Pede Deferimento

Campo Largo, 23 de janeiro de 2024.


Cléa Oliveira

Vereadora